



Ata n.º 3
Assembleia de Freguesia de Paranhos
Quadriénio Dois Mil e Vinte e Cinco / Dois Mil e Vinte e Nove
30/04/2026

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório do Edifício Sede, sito na Rua Álvaro de Castelões, nº 811, 4200-047 Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Período Antes da Ordem do Dia -----

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e da Conta de Gerência de 2025;

----- 2. Apreciação do Inventário dos Bens da Autarquia; -----

----- 3. Apreciação do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto da Oposição referente ao ano de 2025; -----

----- 4. Aprovação de alterações ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Paranhos; -----

----- 5. Apreciação das atividades e situação financeira da Junta, relativas ao período de janeiro a março de 2026; -----

----- Período da Intervenção do Público -----

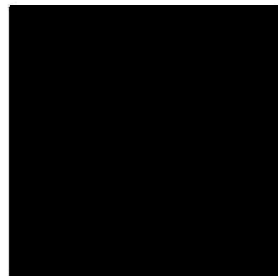
----- O Presidente da Mesa, Fernando Vilas Boas, deu início à Assembleia de Freguesia.

----- Os trabalhos iniciaram-se com 18 (dezoito) membros eleitos da Assembleia presentes, estando ausente 1 (um) elemento do PS, José Luís Macieira Catarino. -----

----- O Presidente da Assembleia propôs Hugo Alves Gonçalves, para substituir, na Mesa, Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages que comunicou a sua ausência. A Assembleia não se opôs. -----

----- Deram entrada na mesa, 1 (um) Voto de Saudação, 4 (quatro) Moções, 7 (sete) Propostas de Recomendação, e 1 (uma) Proposta de Protocolo de Conduta. -----

----- O Presidente da Mesa, Fernando Vilas Boas, tomou a palavra e informou sobre os procedimentos a adotar de futuro pela Mesa da Assembleia na aceitação ou rejeição das propostas recebidas para inclusão no Período Antes da Ordem do Dia. Tipo de documentos, a forma como são apresentados e os conteúdos das propostas, nomeadamente se a matéria proposta a discussão se enquadra no âmbito e competências da Assembleia. Alertou também a Assembleia para o número elevado de propostas



apresentadas, tendo em conta o tempo afeto ao Período Antes da Ordem do Dia, o que impossibilita, de acordo com o regimento e a própria lei, um efetivo debate sobre as temáticas abordadas. Fez ainda saber, que também vai contra o regimento, o facto de as temáticas apresentadas serem recorrentes. -----

----- Fez ainda saber que as Atas e Propostas da Assembleia encontram-se publicadas no site da Freguesia de Paranhos. -----

----- Sugeriu à Assembleia que as propostas fossem apresentadas e debatidas e só no final fossem votadas. -----

----- A Assembleia concordou com a proposta. -----

----- Voto de Saudação - designado A – do LIVRE, “50 anos da Constituição da República Portuguesa”, apresentada por Carlos Costa; -----

----- Proposta de Recomendação - designada B – do LIVRE, “Jardim no limite poente do Bairro de São Tomé”, apresentada por Carlos Costa; -----

----- Proposta de Recomendação - designada C – do LIVRE, “Inundações de fevereiro”, apresentada por Carlos Costa; -----

----- Proposta de Recomendação - designada D – do LIVRE, “Largo de São Dinis”, apresentada por Carlos Costa; -----

----- Proposta de Moção - designada E – do LIVRE, “da separação de poderes na freguesia de Paranhos”, apresentada por Carlos Costa; -----

----- Proposta para Protocolo de Conduta - designada F – do LIVRE, “Comunicação das deliberações da Assembleia de Freguesia”, apresentada por Carlos Costa; -----

----- Proposta de Recomendação - designada G – da CDU, “Pela requalificação do antigo Estádio Vidal Pinheiro e sua integração num espaço público de desporto e lazer”, apresentada por Margarida Chalupa; -----

----- Proposta de Moção - designada H – da CDU, “25 de Abril, Constituição e 50 Anos do Poder Local Democrático”, apresentada por Margarida Chalupa; -----

----- Proposta de Moção - designada I – da CDU, “Saudação ao 1º de Maio e Rejeição do Pacote Laboral”, apresentada por Margarida Chalupa; -----

----- Proposta de Recomendação - designada J – da CDU, “Por condições dignas nas paragens da STCP na Freguesia de Paranhos”, apresentada por Margarida Chalupa; -----

----- Proposta de Recomendação – designada K – do PS, “Organização de iniciativa Pública da Assembleia de Freguesia de Paranhos nas Comemorações do 25 de Abril de 2027”, apresentada por Vítor Monteiro; -----



----- Moção de Saudação – designado L – do PS, “Saudação ao 1.º de maio - Dia do Trabalhador”, apresentada por Vítor Monteiro;-----

----- Proposta de Recomendação – designada M – do PS, “Participação Plural e Institucional no Passeio Anual dos Seniores - 10 de Junho”, apresentada por Vítor Monteiro; -----

----- Pediu a palavra Francisco Carrapatoso, pelo PSD, que teceu comentários às propostas apresentadas, indicando o respetivo sentido de voto. Primeiramente do Livre, começando pelo Voto de saudação designado A, lembrando que a Constituição da República Portuguesa sofreu já sete revisões e que nelas o PSD teve um papel de relevo, afirmando a associação do PSD ao voto de saudação. Quanto à proposta designada B, fez saber que a Freguesia não tem competência na manutenção dos espaços verdes e que a proposta não pode ser aceite, pois apresenta sugestões para as quais a Junta de Freguesia não tem competência executiva. Quanto à proposta denominada C, lembrou que a proposta não indica a causa do problema e que, apenas refere um conjunto de circunstancialismos sem dados factuais. -----

----- Quanto à proposta denominada D, reitera que a matéria que não é da competência da Junta de Freguesia. Em relação à moção E, e quanto aos *streamings*, reforça que o trabalho da Assembleia não é invisível, pelo que, o pedido não deverá ser atendível. No que se refere ao Jornal Vida de Paranhos, lembra e reforça que este é um instrumento da Junta de Freguesia. -----

----- Quanto aos documentos E e F, deu também a conhecer o sentido de voto do partido.

----- No que se refere às propostas da CDU, o deputado do PSD, teceu também comentários, referindo que na Freguesia não faltam espaços verdes, não sendo contra a criação de mais um espaço verde lembrando, no entanto, que o terreno em causa não é propriedade da Câmara Municipal do Porto. Ainda em relação às propostas apresentadas pela CDU, refere que uma coisa é o 1º de maio, outra é o pacote laboral. Quanto às propostas do PS, faz saber que em relação à Moção de saudação ao 1.º de maio, estão de acordo. Quanto à questão do 25 de abril de 2027, manifestou que a proposta não faz sentido. -----

----- Quanto ao Passeio Anual dos Seniores - 10 de Junho, o deputado lembra que não faz sentido estender o convite para iniciativas recreativas de organização da Junta de Freguesia. -----

----- Pediu para usar da palavra Margarida Chalupa pela CDU, referindo que as propostas



designadas por B e D não fazem sentido. Propôs ainda que a proposta C fosse votada por pontos. -----

----- Em relação às comemorações do 25 de abril refere que esta é uma data maior da história da democracia em Portugal e incomparável a qualquer outra data. -----

----- Pediu o uso da palavra Carlos Costa pelo Livre para clarificar algumas ideias sobre a soberania, que segundo o próprio, começa nos círculos mais pequenos, como as Assembleias Freguesia, fazendo menção ao papel de proximidade que as Juntas podem ter junto das Câmaras. Teceu ainda outros esclarecimentos sobre as propostas apresentadas por si, reiterando que considera que as Assembleias de Freguesia são pouco divulgadas. -----

----- Solicitou a palavra Vítor Monteiro pelo PS, que sobre a proposta E, apresentada pelo do Livre diz que deve ser feita uma alteração urgente ao regimento, sugerindo a transmissão *streaming* das sessões. Sugere uma comissão de líderes de bancada para darem início à alteração ao regimento da Assembleia. Fez ainda saber que o PS, quando foi executivo da Junta de Freguesia sempre endereçou convite aos membros da Assembleia para participarem no Passeio Anual Sénior. -----

----- Quanto à iniciativa 25 abril 2027, refere que é mera opinião, não considerar que a Assembleia de Freguesia possa organizar a celebração da data. -----

----- De seguida, pediu a palavra Verónica Schmitter pelo PS, para manifestar o seu desagrado com a intervenção do Presidente da Assembleia. -----

----- Não existindo mais intervenções, procedeu-se à votação das propostas. -----

----- Foi colocada à votação o Voto de Saudação A – do LIVRE, “50 anos da Constituição da República Portuguesa”, sendo Aprovado com 17 (dezassete) votos a favor, (PSD, PS, IND, L, CDU e FA) e 1 (uma) abstenção, (CDS); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação B – do LIVRE, “Jardim no limite poente do Bairro de São Tomé”, sendo Rejeitada com 1 (um) voto a favor, (L), 6 (seis) abstenções, (PS e CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, FA e IND); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação - designada C – do LIVRE, “Inundações de fevereiro”, sendo Aprovada por maioria com 1 (um) voto a favor, (L) e 17 (dezassete) abstenções, (PSD, CDS, PS, IND, CDU e FA); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação D – do LIVRE, “Largo de São Dinis”, sendo Rejeitada com 1 (um) voto a favor, (L), 6 (seis) abstenções, (PS e CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA); -----



--- Foi colocada à votação a Proposta de Moção E – do LIVRE, “Da separação de poderes na freguesia de Paranhos”, sendo Rejeitada com 7 (sete) votos a favor, (PS, L e CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta para protocolo de conduta - designada F – do LIVRE, “Comunicação das deliberações da Assembleia de Freguesia”, sendo Rejeitada com 2 (dois) votos a favor, (L e CDU), 5 (cinco) abstenções (PS) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação G – da CDU, “Pela requalificação do antigo Estádio Vidal Pinheiro e sua integração num espaço público de desporto e lazer”, sendo Aprovada por maioria com 7 (sete) votos a favor, (PS, L e CDU) e 11 (onze) abstenções, (PSD, CDS, IND e FA); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação H – da CDU, “25 de Abril, Constituição e 50 Anos do Poder Local Democrático”, sendo Aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor, (PSD, PS, IND, L, CDU e FA) e 1 (uma) abstenção, (CDS). -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Moção I – da CDU, “Saudação ao 1º de Maio e Rejeição do Pacote Laboral”, sendo Rejeitada com 7 (sete) votos a favor, (PS, L e CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA); -----

----- Foi colocada à votação a Proposta de Recomendação J – da CDU, “Por condições dignas nas paragens da STCP na Freguesia de Paranhos”, sendo Rejeitada com 7 (sete) votos a favor, (PS, L e CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA). -----

----- Foi colocada a votação a proposta de Recomendação – designada K – do PS, “Organização de iniciativa Pública da Assembleia de Freguesia de Paranhos nas Comemorações do 25 de Abril de 2027”, sendo Rejeitada com 7 (sete) votos a favor, (PS, L e CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA); -----

----- Foi colocada a votação a proposta de Moção designada L – do PS, “Saudação ao 1.º de maio - Dia do Trabalhador”, tendo sido Aprovado por unanimidade com 18 votos a favor. -----

----- Foi colocada a votação a Proposta de Recomendação – designada M – do PS, “Participação Plural e Institucional no Passeio Anual dos Seniores - 10 de Junho”, tendo sido Rejeitada com 6 (seis) votos a favor, (PS e L), 1 (uma) abstenção, (CDU) e 11 (onze) votos contra, (PSD, CDS, IND e FA). -----

----- Finda a votação das propostas, o Presidente da Mesa deu início ao período da Ordem do Dia, informando que de acordo com o comunicado pelo Executivo e pelos serviços,



acerca da anomalia informática que impossibilita a apresentação dos mapas e contas orçamentais e, conforme reunião de líderes, o ponto 1 será discutido na continuação desta sessão, a saber, no dia 27 de maio de 2026. O Presidente da Mesa referiu ainda que não sendo esta uma situação desejável, esta está devidamente acautelada na lei, não constituindo, por isso, qualquer incumprimento legal. -----

----- Face ao exposto, o Presidente da Mesa propôs alteração da ordem de trabalhos que passou a ser a seguinte: -----

----- 1. Apreciação do Inventário dos Bens da Autarquia; -----

----- 2. Apreciação do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto da Oposição referente ao ano de 2025; -----

----- 3. Aprovação de alterações ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Paranhos; -----

----- 4. Apreciação das atividades e situação financeira da Junta, relativas ao período de janeiro a março de 2026; -----

----- 5. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e da Conta de Gerência de 2025.

----- O Presidente da Mesa, Fernando Vilas Boas, deu a palavra ao Presidente do Executivo, Luís Miguel Seabra, para intervir em relação ao ponto n.º 1, cuja intervenção o Presidente da Junta dispensou. -----

----- Solicitou a palavra Vítor Monteiro pelo PS, que referiu o contacto prévio por parte do executivo da Junta, a esclarecer sobre o motivo que impede a apresentação e o envio das contas de gerência ao Tribunal de Contas referindo, no entanto, tratar-se duma situação inédita e desagradável recomendando um maior acompanhamento à execução dos trabalhos, para proteger o bom nome da Freguesia. -----

----- No ponto 2 o Senhor Presidente da Junta também dispensou de usar a palavra. ---

----- Tomou de seguida a palavra o Presidente da Junta de Freguesia, que em relação ao ponto 3, esclareceu que a nova taxa introduzida se refere à iniciativa "Paranhos a Banhos". -----

----- Solicitou a palavra Vítor Monteiro pelo PS, que apresentou uma reflexão sobre a matéria, referindo que a bancada alertou para o aumento de alguns itens da tabela de taxas na última Assembleia de Freguesia, reiterando que é importante a salvaguarda das pessoas mais carenciadas. -----

----- Pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia, para novamente esclarecer que as pessoas de baixos rendimentos, estão isentas. -----



----- Não existindo mais intervenções, passou-se à votação do terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, obtendo 11 (onze) votos a favor, (PSD, CDS, IND e FA) e 7 (sete) abstenções, (PS, L e CDU) sendo o Ponto 3 – “Aprovação de alterações ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia”, aprovado por maioria. -----

----- Passou-se ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o Presidente Luís Miguel Seabra tomado a palavra para apresentar as atividades da Junta, começando por esclarecer que o projeto previsto para a Rua de Costa Cabral será muito benéfico para a comunidade, nomeadamente, para o Académico e comerciantes da Rua e zona envolventes, referiu ainda que caso a solução não resulte como esperado, o impacto não será negativo e poderá ser repensada uma nova solução. Mencionou ainda aspetos sobre a intervenção a ser feita no terreno do Comércio Sport e Salgueiros. -----

----- Comunicou que quanto ao terreno do Salgueiros em Augusto Lessa, estão em andamento negociações para a aquisição do terreno pela Câmara Municipal. -----

----- Mencionou ainda a negociação em curso para a ligação entre a Rua do Amial e a zona de São Tomé, referindo que estes são os projetos de grande impacto na Freguesia.

----- Passou de seguida a elencar os projetos da Junta de Freguesia, nomeadamente o Apartamento Partilhado em parceria com a CMP e Cruz Vermelha, a reunião de trabalho com a SRU, para ajudar a minimizar os problemas da habitação na Freguesia. Mencionou ainda o projeto Paranhos ComTempo e a sua importância para colmatar a solidão de pessoas mais velhas. Referiu que se verifica um aumento da procura do Programa de Emergência Social. Fez ainda a saber que os rastreios de saúde continuam a ser realizados e reforçados junto da população, bem como, o Pharma Paranhos, no apoio à organização da medicação para pessoas de baixos rendimentos e isoladas. Mencionou também a importância da Casa da Cultura na dinamização de atividades de cariz cultural.

----- Quanto à área da Educação mencionou que as atividades continuam em progressão e que em relação às Atividades de Enriquecimento Curricular, (AEC) irá ser ponderada a sua continuidade. No cemitério irão continuar a ser realizados investimentos, que passam sobretudo por intervenções de melhoria e aumento de capacidade. -----

----- O Presidente da Mesa, Fernando Vilas Boas devolveu a palavra à Assembleia. -----

----- Solicita o uso da palavra Vítor Monteiro pelo PS, que questiona se tem havido reuniões de trabalho com a PSP e indaga sobre a situação de segurança na Freguesia, mencionando episódios de insegurança e ruído. -----

----- Toma a palavra o Presidente que refere terem sido realizadas reuniões regulares de



trabalho, tendo sido reportado que Paranhos é das zonas da cidade mais seguras, não se denotando um aumento da criminalidade na freguesia. Mencionou que as áreas onde se verifica maior ruído estão já identificadas. -----

----- Não existindo mais intervenções, o Presidente da Mesa referiu que os trabalhos iriam continuar no dia 27 de maio de 2026.-----

----- Deu-se início ao Período do Público.-----

----- O cidadão Pedro Marques de Figueiredo pede para intervir, questionando sobre a data final das obras na Rua de Costa Cabral e solicita esclarecimento sobre o início das obras naquela artéria. Solicita também informação sobre o início das obras no antigo cinema Vale Formoso e sobre as obras na rua do Vale Formoso. -----

----- Seguiu-se a intervenção de Rui Filipe Alves Abreu, que refere ser morador na Rua do Lindo Vale. Referiu que aquela é uma zona da Freguesia onde o abuso de estacionamento é uma constante e que se reflete em perigo para as famílias e em especial para as crianças. Faz um apelo para serem colocadas floreiras nos passeios para evitar que os carros estacionem nos passeios e dessa forma deixem de ser um constrangimento. Deu a conhecer que juntamente com outros moradores da zona, criaram a Associação de Moradores de Costa Cabral e deu a conhecer a disponibilidade daquela Associação para ajudar a agilizar o processo para minimizar o perigo e restituir mais espaços verdes nas artérias envolventes. -----

----- O Presidente da Junta pediu para usar da palavra para informar que na Rua de Costa Cabral as obras deverão terminar em junho, pese embora ainda não tenham iniciado. --

----- Quanto ao antigo cinema Vale Formoso comunicou que aquele edifício entrará em obra ainda no decorrer de 2026, durando um ano e que terá um investimento de sete milhões de euros. -----

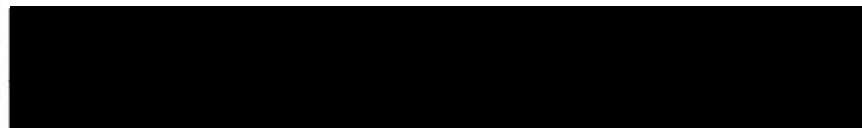
----- Quanto à Rua do Vale Formoso, refere que esta rua, juntamente com a rua da Constituição irão ser alvo de obras de requalificação. Em relação aos estacionamentos indevidos em cima dos passeios, mencionou a clara falta de civismo associada a tais prevaricações e que levará a recomendação da colocação das floreiras à Câmara Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, Fernando Vilas Boas deu como suspensa a Assembleia, pelas 23:50h.-----

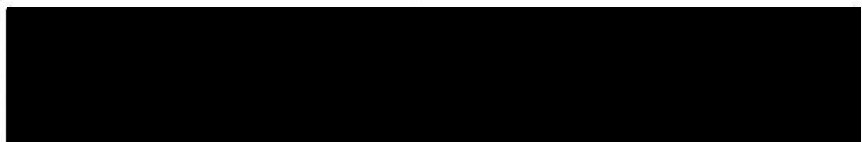
----- A esta Ata fica arquivada, em anexo, uma gravação áudio respeitante a esta sessão. -----



O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,
Manuel Fernando Vilas Boas Figueiredo



A 1ª Secretária da Mesa,
Teresa Maria Calafate Rodrigues da Costa Mota



O 2º Secretário da Mesa,
Hugo Alves Gonçalves







A

Assembleia de Freguesia de Paranhos

Voto de Saudação

#1/2026V: 50 anos da Constituição da República Portuguesa

25 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,

Assinalam-se este ano os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, um marco fundamental na consolidação da democracia em Portugal.

Aprovada na sequência da Revolução de Abril, a Constituição consagrou direitos, liberdades e garantias fundamentais, afirmando princípios como a dignidade humana, a igualdade, a justiça social e o Estado de direito democrático.

Ao longo das últimas cinco décadas, este documento basilar do regime democrático, bastante progressista e humanista na sua conceção, tem orientado o funcionamento das nossas instituições e ajudado a consolidar e proteger os direitos dos cidadãos portugueses. É a pedra angular do nosso sistema jurídico, político e democrático. A sua importância é inegável para a construção da nossa democracia.

Infelizmente, este aniversário ocorre num contexto em que os princípios e direitos consagrados na Constituição – e, aliás, a própria Constituição – estão a ser postos em causa e sob ataque. Paira o espectro de uma potencial revisão constitucional, com propósitos duvidosos, que em nenhum momento foi sufragada pelos nossos concidadãos, visto não constar de nenhum dos programas políticos de quem agora a pretende rever e, ao que tudo indica, entrando em conflito com os seus limites materiais.

Nunca é demais recordar que as eleições para a Assembleia Constituinte, exatamente um ano após a Revolução dos Cravos – que aqui também recordamos e saudamos - contaram com uma afluência de cerca de 91% dos cidadãos recenseados. Mais do que rever a Constituição, urge revisita-la. Urge, cumpri-la! Na saúde, garantindo um verdadeiro serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito. Na habitação, garantindo aos cidadãos direito, para si e para a sua



família, a uma habitação adequada, com condições de higiene e conforto. No acesso ao ensino, garantindo o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. No direito a um ambiente de vida humano, verdadeiramente sadio e ecologicamente equilibrado. No direito à juventude, concretizando os direitos económicos, sociais e culturais dos jovens, para que não sejam obrigados a procurar outras paragens e serem felizes no país que os viu nascer. No mundo do trabalho, rejeitando o regresso a premissas laborais do século XIX. Na defesa dos direitos das mulheres, na defesa dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência, na defesa dos direitos da comunidade LGBT, na defesa dos direitos dos pensionistas, na defesa dos direitos das populações migrantes. Poderíamos continuar, porém, é por demais evidente o que falta cumprir na Constituição da República Portuguesa.

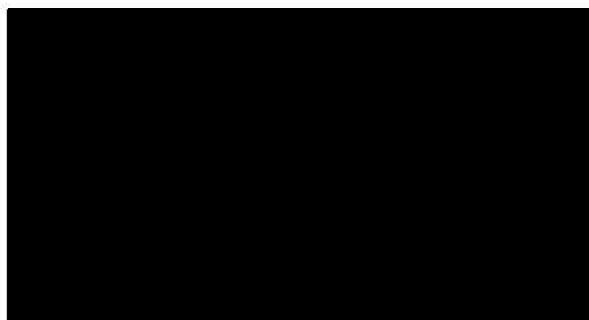
Ao mesmo tempo que falta ser consequente com a CRP, assistimos, também, a retrocessos em direitos já conquistados, bem como a discursos e posições, por parte de algumas forças com representação parlamentar, que procuram limitar os direitos das mulheres, trabalhadores e minorias. As verdadeiras democracias não são instrumentalizáveis como extensões do poder da opressão por parte das maiorias. As democracias, dignas do seu nome, garantem direitos fundamentais, tolerância e pluralismo, protegendo as minorias.

Celebrar a Constituição é, por isso, também reconhecer que estamos a falar de um texto que serve como baluarte dos direitos de todas e todos os cidadãos portugueses. É possível legislar “à esquerda e à direita”, respeitando sempre o nosso chão-comum, aliás, como tem sido feito durante toda a nossa democracia, garantindo que os direitos que a Constituição consagra não são diminuídos nem colocados em causa.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Paranhos saúda os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, reafirmando o compromisso com a sua defesa e concretização dos princípios que nela estão consagrados.

O Partido LIVRE solicita à Assembleia de Freguesia a aprovação do presente voto de saudação.

Paranhos, 25 de abril de 2026
Com os melhores cumprimentos,
Carlos Manuel de Matos Moura da Costa





Assembleia de Freguesia de Paranhos

Proposta de Recomendação

#2/2026R: jardim no limite poente do Bairro de São Tomé

25 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,

ENQUADRAMENTO

- A Nova Agenda Urbana, que propõe as diretrizes universais sobre desenvolvimento urbano sustentável, alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº11.7 - ambos documentos pilares da Organização das Nações Unidas (ONU) - preconiza que as cidades devem proporcionar acesso universal a espaços públicos verdes, seguros, inclusivos e acessíveis, particularmente para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, como fator de redução de desigualdades urbanas;
- O Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) e a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 sublinham a urgência de trazer a natureza de volta às cidades por meio da criação de infraestruturas verdes que combatam as ilhas de calor e promovam a resiliência climática;
- A Constituição da República Portuguesa, no Artigo 66º, estabelece que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, impondo ao Estado e às autarquias o dever de assegurar o ordenamento do território que promova a recuperação de áreas degradadas e a criação de espaços verdes de utilidade pública;
- A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que o acesso público a espaços verdes urbanos está diretamente correlacionado com a redução de doenças mentais, a melhoria da saúde cardiovascular e a promoção da atividade física, sendo essencial que a população possa ter, por volta de 300 metros de onde se vive, uma área verde funcional;



- Estudos científicos sobre o desenvolvimento infantil e o envelhecimento ativo comprovam que o contacto com a natureza em áreas densamente habitadas é vital para a saúde cognitiva das crianças e para o combate ao isolamento social dos idosos, tornando os espaços verdes verdadeiras âncoras comunitárias;

CONSIDERAÇÕES

- A atual subutilização da área verde de acesso público, no limite poente do Bairro de São Tomé e paralela à Rua do Amial, na freguesia de Paranhos, encontra-se hoje numa situação de ausência de manutenção regular e de um desenho urbano mais convidativo ao uso coletivo, o que acaba por afetar negativamente a qualidade de vida das famílias residentes nos bairros adjacentes, nomeadamente São Tomé e Carriçal.
- O Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013) atribui às freguesias competências na manutenção de espaços verdes e à Câmara Municipal a responsabilidade pelo planeamento e gestão do espaço público e infraestruturas (Art. 7.º e 33.º), devendo ambas cooperar na regeneração urbana;
- Intervenções similares foram realizadas em outras zonas da cidade do Porto, em que a criação de hortas comunitárias e a adoção de soluções baseadas na Natureza proporcionam um impacto positivo no espaço urbano e na coesão social.
- O espaço em causa poderia ser pensado em articulação com os projetos já em curso para o lado oposto da Rua do Amial, seja através do prolongamento da ciclovia da Rua Coronel Almeida Valente, seja através de uma diluição dos limites do Bairro de São Tomé face à Rua do Amial e às novas urbanizações e espaços públicos que irão resultar dos loteamentos em torno da antiga Fábrica de Curtumes.
- Numa visita informal ao local, a população partilhou com o representante do LIVRE, na Assembleia de Freguesia de Paranhos, o desejo de uma reabilitação do espaço que considerasse, nomeadamente, as necessidades de crianças, seniores e animais de companhia; bem como de uma abertura do Bairro de São Tomé à Rua do Amial.



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

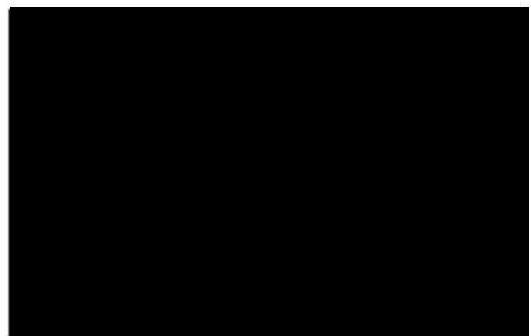
A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida em sessão de 30 de abril de 2026,, delibera recomendar à Junta de Freguesia que:

1. Se iniciem os estudos prévios e os procedimentos administrativos necessários, em articulação com os serviços técnicos da Câmara Municipal do Porto, para a conversão do espaço verde de acesso público, contíguo à Alameda 25 de Abril, em um jardim dotado de equipamentos, zonas de lazer e mobiliário urbano adequado.
2. Inste a Câmara Municipal do Porto a abrir um processo de Consulta Pública, para que as valências do espaço resultem da auscultação direta e efetiva dos moradores, garantindo assim a participação cívica no processo de transformação urbana.
3. Integre no projeto soluções que promovam o conforto bioclimático no espaço público, alinhando-se assim com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e o Plano Municipal de Ação Climática.

Paranhos, 25 de abril de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Manuel de Matos Moura da Costa





Assembleia de Freguesia de Paranhos

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

#3_2026R: inundações de fevereiro

25 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,

ENQUADRAMENTO

- No último inverno tivemos chuvas com alto volume e frequência, com incidência direta na cidade do Porto, causando transtornos por todo lado, particularmente em Paranhos.
- O Plano Municipal de Ação Climática do Porto (PMAC 2030) aponta para o risco crescente de inundações, sublinhando que os picos de precipitação intensa acabam por sobrecarregar os sistemas de drenagem existentes.
- O aumento da frequência de tempestades e fenómenos extremos tem demonstrado a vulnerabilidade do nosso território, tornando urgente adotar ações concretas de resiliência climática, dentre elas a prevenção de enchentes, que hoje assume uma importância central na diminuição de impactos negativos desses eventos.

CONSIDERAÇÕES

- A 10 de fevereiro de 2026, no limite norte desta freguesia, junto à Estrada da Circunvalação, durante um período de forte precipitação, e em simultâneo com uma intervenção das Águas do Porto motivada pelo aparecimento de um buraco num talude, houve uma inundação de grandes proporções na garagem de um edifício residencial, bem como nas áreas públicas envolventes.



- Estes acontecimentos condicionaram a mobilidade de peões e viaturas, e isolaram durante vários dias as pessoas mais frágeis, retidas em pisos superiores e sem acesso a elevador.
- Em nenhum momento, a Câmara Municipal do Porto esclareceu se as inundações foram resultado de problemas estruturais – associados à intensidade da precipitação – ou se resultaram, no todo ou em parte, da intervenção em curso pelas Águas do Porto.
- As situações descritas acima foram devidamente documentados por quem ali habita e relatadas ao deputado do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Paranhos.

É essencial que se apurem responsabilidades sobre a situação acima descrita e, sobretudo, que se avalie a probabilidade de situações idênticas se repetirem noutros pontos da freguesia, possibilitando à Junta e à Câmara planear atempadamente as medidas necessárias de prevenção.

PROPOSTA

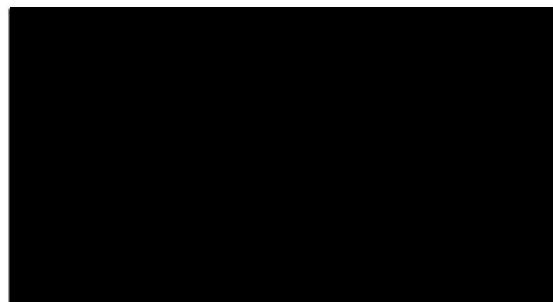
Face ao exposto, e reconhecendo a necessidade de uma ação célere e preventiva, a assembleia de freguesia de Paranhos, reunida na sessão ordinária de 30 de abril de 2026, propõe-se recomendar que a Junta de Freguesia de Paranhos, no estrito uso das suas competências e atribuições, delibere:

1. Aplicar os esforços necessários para garantir que os moradores afetados pelas inundações de fevereiro obtenham os devidos esclarecimentos sobre o sucedido, assim como das ações a serem adotadas para evitar que o problema se repita.
2. Incentivar, junto da Câmara Municipal do Porto, a criação e manutenção de infraestruturas verdes urbanas à escala da freguesia que ajudam a reter as águas pluviais, como jardins de pequena dimensão, hortas urbanas e espaços permeáveis, integrando critérios de permeabilidade e drenagem em todas as futuras intervenções de requalificação de espaços verdes e logradouros sob gestão direta da Junta.

Paranhos, 25 de abril de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Manuel de Matos Moura da Costa





Assembleia de Freguesia de Paranhos

Proposta de Recomendação

#4_2026R: Largo de São Dinis

25 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,

ENQUADRAMENTO

- O Largo de São Dinis agrega dimensões absolutamente disfuncionais e que não servem devidamente os moradores e por quem lá se dirige a caminho de uma Escola Básica contígua ou tentando encontrar a passagem para o Bairro do Bom Pastor.
- O Largo de São Dinis é um excelente caso de estudo das patologias do espaço público no Porto, e em particular na freguesia de Paranhos: espaços que podiam ser tanto e são apenas uma confusão desorganizada de possibilidades e problemas.

CONSIDERAÇÕES

- No Largo de São Dinis existem dificuldades de acesso e circulação, estacionamento indevido de automóveis, falta de iluminação, ausência de papeleiras e WCs caninos, ecoponto inadequado, acumulação de lixo, semáforos descoordenados, consumo e tráfico, muros instáveis e que colocam em perigo quem ali mora ou passa.
- No Largo de São Dinis, também podemos encontrar o que a ONU designa de defecação ao ar livre, um problema normalmente associado aos países mais pobres do mundo, onde a falta de sanitas compromete o desenvolvimento. Sim, no Porto. Porque nas imediações parece florescer um negócio de arrendamento de lojas e garagens para habitação, levando a que o espaço público seja utilizado como WC.



- Todas as situações descritas acima, foram comprovadas *in loco* pelo deputado do LIVRE na assembleia de freguesia de Paranhos, a quem um morador confessou o seu desencanto por, 50 anos depois regressar a São Dinis – onde viveu na infância – para se encontrar praticamente na mesma situação de miséria e insalubridade.

PROPOSTA

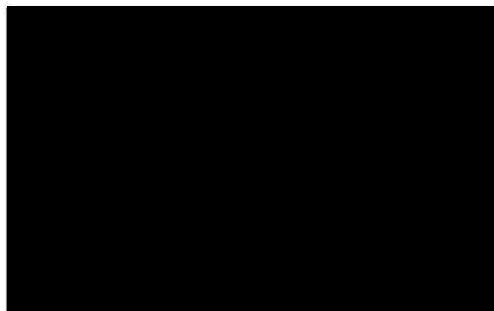
A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida em sessão de 30 de abril de 2026,, delibera recomendar à Junta de Freguesia que:

1. Se iniciem os estudos prévios e os procedimentos administrativos necessários, em articulação com os serviços técnicos da Câmara Municipal do Porto, para a reabilitação do Largo de São Dinis dotando-o de equipamentos, zonas de lazer e mobiliário urbano adequado.
2. Inste a Câmara Municipal do Porto a abrir um processo de Consulta Pública, para que as valências do espaço resultem da auscultação direta e efetiva dos moradores, garantindo assim a participação cívica no processo de transformação urbana.
3. Integre no projeto soluções que promovam o conforto bioclimático no espaço público, alinhando-se assim com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e o Plano Municipal de Ação Climática.
4. Solicite à Câmara Municipal do Porto a devida atenção à segurança do espaço bem como aos eventuais esquemas de arrendamento ilegal, nomeadamente os que se proponham a explorar as pessoas em condição de maior fragilidade.

Paranhos, 25 de abril de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Manuel de Matos Moura da Costa





Assembleia de Freguesia de Paranhos

Proposta de Moção

#5/2026M da separação de poderes na freguesia de Paranhos

25 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa Assembleia de Freguesia de Paranhos,

ENQUADRAMENTO

- Na Proposta de Recomendação A, aprovada por unanimidade na sessão de 18 de dezembro de 2025, o LIVRE já chamava a atenção para a fraca participação cidadã nas sessões da assembleia de freguesia, sublinhando a necessidade de tomar a democracia como um processo em constante melhoria.
- E por unanimidade – da esquerda à direita – esta assembleia recomendou uma maior intensidade das ações que conferem visibilidade ao trabalho desta assembleia.
- Na base da representatividade democrática, prevista pela Constituição da República, estão as assembleias de freguesia.
- Sendo certo que é à Junta de Freguesia que a Constituição atribui a discricionariedade e competências - administrativas, orçamentais e operacionais - próprias de um executivo, importa que as deliberações desta assembleia – enquanto órgão diretamente eleito – tenham um mínimo de consequência, pelo menos no que diz respeito à visibilidade.

CONSIDERAÇÕES

Quatro meses passados, desde a última sessão, e à data em que esta proposta é redigida – curiosamente a data fundadora do regime democrático que nos permite estar aqui – ainda podemos verificar as seguintes situações:

- O site da freguesia não identifica com detalhe os membros do executivo, mesa e assembleia; nomeadamente com fotografia, contacto e uma curta biografia.



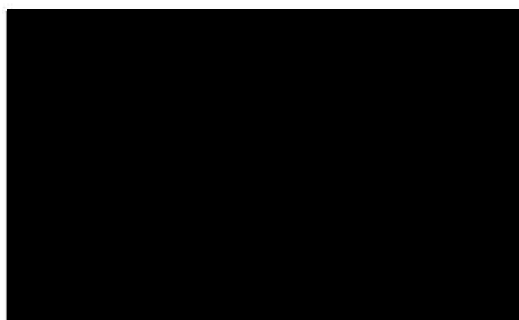
- O site e/ou as redes sociais e/ou o jornal da freguesia não foram utilizados para dar visibilidade às propostas aprovadas e rejeitadas na última sessão da Assembleia de Freguesia, bem como ao sentido das votações de cada deputado e deputada.
- A convocação da sessão de 30 de abril não promoveu boas práticas, nomeadamente quanto à circulação de propostas entre executivo e grupos da assembleia, num *timing* que permitisse uma análise ponderada, bem como a preparação do respetivo debate.
- A publicidade da sessão de 30 de abril - nas redes sociais – não utilizou imagens com síntese da informação, clarificando também a existência, no final da sessão, de um período dedicado à intervenção do público.
- Esta sessão não estará – tanto quanto sabemos no momento da redação - a ser transmitida em *streaming* ou pelo menos gravada em vídeo com o registo a ser disponibilizado de seguida.
- O Jornal da freguesia – da freguesia, atente-se, e não da sua junta - tanto quanto sabemos, continua sem prever um espaço para a oposição na assembleia.

PROPOSTA DE MOÇÃO

A Assembleia de Freguesia de Paranhos recorda à Junta que é sua obrigação, não só promover a qualidade do trabalho desenvolvido na assembleia – por exemplo, com a circulação atempada da documentação - mas também de lhe conferir efetiva visibilidade e participação – no site, nas redes sociais, no jornal da freguesia, na transmissão das sessões.

O Partido LIVRE solicita, assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente moção.

Paranhos, 25 de abril de 2026
Com os melhores cumprimentos,
Carlos Manuel de Matos Moura da Costa





Assembleia de Freguesia de Paranhos

Proposta para protocolo de conduta da Mesa da Assembleia

#6/2026X Comunicação das deliberações da Assembleia de Freguesia

25 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Paranhos,

ENQUADRAMENTO

- A Moção “Da separação de poderes em Paranhos” - também apresentada nesta sessão – pode ser entendida como uma “moção das moções e demais deliberações”, no sentido em que tenta conferir consequência à atividade desta assembleia, assegurando o cumprimento da missão que lhe está reservada pela Constituição da República.
- Contudo, é fácil de perceber que podemos estar perante um nó górdio, na medida em que o executivo – junto do qual se tenta promover boas práticas – é o mesmo executivo que não as tem promovido e poderá insistir em manter a assembleia na atual esfera de invisibilidade social.

CONSIDERAÇÕES

- A Assembleia de Freguesia é um órgão soberano, cujo trabalho é coordenado por uma Mesa.
- Cabe apenas à Assembleia de Freguesia decidir sobre os termos da publicidade das suas deliberações, nomeadamente quando estes não impliquem procedimentos administrativos, orçamentais e operacionais.
- Quanto a este tipo de deliberação, não cabe à Mesa qualquer discricionariedade, devendo limitar-se a cumprir as indicações da Assembleia.

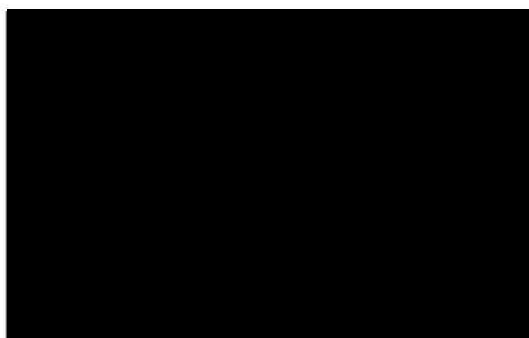


PROPOSTA DE PROTOCOLO DE CONDUTA PARA A MESA DA ASSEMBLEIA

A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida em sessão de 30 de abril de 2026, delibera que, a partir da sessão em curso, a Mesa - através do endereço assembleia@jfparanhos.pt – deverá:

- Dar conhecimento das deliberações da Assembleia, indicando sempre o sentido de voto de deputados e deputadas, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando-lhe que reencaminhe as referidas deliberações e sentidos de voto para os respetivos grupos municipais.
- Dar conhecimento das suas deliberações, indicando sempre o sentido de voto de deputados e deputadas, ao jornal “Vida de Paranhos” bem como ao Gabinete de Comunicação da Junta – que gere as suas redes sociais – sugerindo que às mesmas seja dada a devida publicidade.
- Solicitar ao Gabinete de Comunicação da Junta que a publicidade nas redes sociais, da convocação de sessões da Assembleia, utilize imagens com síntese da informação, clarificando também a existência, no final da sessão, de um período dedicado à intervenção do público.

Paranhos, 25 de abril de 2026
Com os melhores cumprimentos,
Carlos Manuel de Matos Moura da Costa



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Pela requalificação do antigo Estádio Vidal Pinheiro e sua integração num espaço público de desporto e lazer

A Assembleia de Freguesia de Paranhos conhece o estado de abandono e subaproveitamento de um espaço com enorme potencial para a população: a área do antigo Estádio Vidal Pinheiro, onde atualmente se localiza a estação de metro de Salgueiros.

Trata-se de um local central da freguesia, bem servido de transportes públicos e com forte ligação à vida quotidiana de milhares de residentes, estudantes e trabalhadores. No entanto, continua longe de responder às necessidades da população, permanecendo como um espaço desaproveitado, sem uma verdadeira função social e comunitária.

Num território densamente urbanizado como Paranhos, onde escasseiam espaços públicos de qualidade para prática desportiva e lazer, torna-se ainda mais evidente a urgência de uma intervenção estruturada e ambiciosa.

A requalificação deste espaço representa uma oportunidade concreta para:

- Criar infraestruturas desportivas acessíveis à população (campos polivalentes, zonas de exercício ao ar livre, circuitos de manutenção);
- Desenvolver áreas verdes e de lazer, promovendo o bem-estar e a convivência comunitária;
- Valorizar a envolvente da estação de metro de Salgueiros, reforçando a articulação entre mobilidade e espaço público;
- Contribuir para a coesão social e melhoria da qualidade de vida na freguesia.

A ausência de intervenção até ao momento traduz uma falta de visão para um espaço que poderia e deveria estar ao serviço da população.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida a 30 de Abril de 2026, delibera:

1. Exigir à Câmara Municipal do Porto e Metro do Porto a elaboração e concretização de um projeto de requalificação do antigo Estádio Vidal Pinheiro, com vista à sua transformação num espaço público de desporto, lazer e fruição comunitária;

2. Defender que este projeto inclua infraestruturas desportivas de acesso livre, zonas verdes qualificadas e equipamentos de apoio à população;
3. Instar a Junta de Freguesia de Paranhos a acompanhar ativamente este processo, garantindo que as necessidades da população são tidas em conta;
4. Promover a participação dos moradores e utilizadores da freguesia na definição do futuro deste espaço, assegurando um processo transparente e participado;
5. Reforçar que a valorização do espaço público é essencial para uma freguesia mais justa, inclusiva e com melhor qualidade de vida.

Porto, 30 de Abril de 2025

Margarida Chalupa

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Paranhos

PROPOSTA DE MOÇÃO

25 de Abril, Constituição e 50 Anos do Poder Local Democrático

Em 2026 assinalam-se três momentos determinantes da história democrática portuguesa: o 52º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o 50º aniversário da Constituição da República Portuguesa e os 50 anos das primeiras eleições autárquicas democráticas realizadas em Portugal.

A Revolução de Abril, com ampla participação popular, pôs fim à ditadura, à repressão, à censura, às prisões políticas, à guerra colonial e ao atraso económico, social, cultural e civilizacional imposto ao povo português, instaurou a democracia política e abriu caminho à conquista de direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como de direitos sociais, laborais e culturais que marcaram profundamente a vida do povo português.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, traduziu no plano jurídico e institucional essas conquistas, consagrando Portugal como um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, na dignidade da pessoa humana e na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Ao longo de 50 anos, a Constituição afirmou-se como um importante suporte da vida democrática e como instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.

No mesmo ano, a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas nos 304 municípios e 4 034 freguesias então existentes, consolidou o regime democrático e deu expressão à vontade popular, afirmando o Poder Local Democrático como uma das mais importantes conquistas de Abril, instrumento essencial de proximidade, participação e desenvolvimento local.

Ao longo destas cinco décadas, o Poder Local Democrático teve um papel determinante na transformação económica, social e cultural do país, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações, para a concretização de direitos fundamentais e para a construção de respostas públicas de proximidade às necessidades concretas das comunidades.

Os valores de Abril — liberdade, democracia, justiça social, igualdade e soberania — mantêm plena actualidade e constituem referência essencial para o presente e o futuro de Portugal. Celebrar Abril e os 50 anos da Constituição exige, por isso,

reafirmar não apenas a sua memória, mas sobretudo a necessidade do cumprimento integral do projecto democrático, social e emancipador que a Constituição consagra.

Contudo, importa também reconhecer que subsistem desafios significativos, nomeadamente no acesso a direitos fundamentais como a habitação, a saúde, a educação, o trabalho com direitos, a segurança social, a cultura e os serviços públicos. Esses problemas não resultam de Abril, mas de décadas de políticas que se afastaram dos seus valores e que limitaram, amputaram ou adiaram a concretização plena dos direitos inscritos na Constituição.

Num contexto em que se intensificam discursos que procuram desvalorizar, deturpar ou falsificar o significado de Abril, branqueando a ditadura e procurando apagar o papel da resistência antifascista, dos capitães de Abril e da participação popular no processo revolucionário, torna-se ainda mais importante afirmar e defender o seu legado.

Assinalar estas efemérides é, assim, reafirmar a importância do projecto democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa, valorizar o papel do Poder Local Democrático e reforçar o compromisso com a participação democrática, com o desenvolvimento equilibrado do território e com a defesa dos direitos sociais, económicos, culturais e políticos conquistados com Abril.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida a 30 de Abril de 2026, delibera:

1. Saudar o 52º aniversário do 25 de Abril e o seu legado de conquista de direitos e liberdades sociais, culturais e políticas, bem como o seu inigualável contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida do povo português;
2. Saudar o 50º aniversário da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas, valorizando a Constituição como expressão das conquistas de Abril e o Poder Local Democrático como uma das suas realizações mais importantes;
3. Reafirmar a necessidade do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, enquanto garante de direitos, liberdades e garantias, bem como dos direitos económicos, sociais e culturais, designadamente o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e à participação democrática;

4. Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local;
5. Defender a autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, rejeitando qualquer transferência de responsabilidades para o Poder Local sem os correspondentes meios financeiros, humanos e técnicos;
6. Reafirmar a importância dos serviços públicos e das funções sociais do Estado como instrumentos indispensáveis à concretização dos direitos constitucionais e à melhoria das condições de vida das populações;
7. Promover, ao longo de 2026, iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas que assinalem estas efemérides, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo, as colectividades, as organizações populares e a população.

Porto, 30 de Abril de 2025

Margarida Chalupa

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Paranhos

PROPOSTA DE MOÇÃO

Saudação ao 1º de Maio e Rejeição do Pacote Laboral

Assinalamos este ano 52 anos de um Portugal libertado pela Revolução do 25 de Abril. E também 52 anos de comemoração do primeiro 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, em liberdade.

A dia 1 de Maio de 1886, no qual centenas de milhares de operários de Chicago encetaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário, sofrendo uma violentíssima repressão cujos reflexos a nível internacional se traduziram, há mais de 135 anos, na proclamação do dia 1 de Maio como Dia Internacional do Trabalhador.

Mais de 135 anos de uma incessante, dura e heróica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos e pela emancipação do trabalho, por uma sociedade em que o trabalho, finalmente livre da exploração, constitua a realização plena das capacidades criadoras do ser humano. Mais de 135 anos de fulgurantes avanços, de dolorosos recuos, de tenaz resistência dos trabalhadores.

8 horas de trabalho. 8 horas de descanso. 8 horas de lazer. Uma das muitas lutas seculares dos trabalhadores que mantém uma tremenda actualidade face à realidade do trabalho actualmente e face ao que o Governo e o patronato querem impingir aos trabalhadores com o seu Pacote Laboral.

As lutas dos trabalhadores têm sido determinantes para conquistar e defender direitos, não esquecendo a importância do movimento sindical. Organizado, local, nacional e internacionalmente interage na defesa de um objectivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

Enquanto persistir a exploração, nenhum direito dos trabalhadores está a salvo – como demonstra a realidade mais recente, com o Pacote Laboral do Governo PSD/CDS que mais não é do que um pacote de retrocesso e esbulho dos direitos laborais, constituindo uma declaração de guerra aos trabalhadores.

O caminho que se impõe é o do aumento geral dos salários, de valorização das carreiras, de redução do horário de trabalho, de horários dignos e de tempo para viver, de erradicação da precariedade, de reforço de direitos de parentalidade, de defesa da contratação colectiva, do direito à greve e à liberdade sindical.

A valorização do trabalho e dos trabalhadores é condição essencial para o desenvolvimento do país e para uma sociedade de progresso e de justiça social.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida a 30 de Abril de 2026, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e as suas conquistas laborais, apelando aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e à população que se associem às suas comemorações no próximo dia 1 de Maio;
2. Manifestar a sua rejeição ao Pacote Laboral, considerando o retrocesso laboral e civilizacional que este corporiza e valorizar a luta organizada dos trabalhadores contra o mesmo.

Porto, 30 de Abril de 2025

Margarida Chalupa

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Paranhos

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Por condições dignas nas paragens da STCP na Freguesia de Paranhos

A Assembleia de Freguesia de Paranhos não pode ignorar uma realidade evidente para quem vive, trabalha ou estuda na freguesia: a inexistência de coberturas em muitas paragens de autocarro da STCP, obrigando centenas de utentes a esperar diariamente à chuva, ao vento ou sob temperaturas elevadas.

Num momento em que tanto se fala na promoção e até gratuidade do transporte público, torna-se ainda mais evidente a contradição entre o discurso político e as condições concretas oferecidas às populações. Não basta tornar o transporte acessível do ponto de vista económico; é necessário garantir dignidade, conforto e segurança no seu uso.

Em Paranhos, esta realidade é particularmente grave em zonas de grande afluência, como:

- Diversos troços da Rua de Costa Cabral, onde persistem paragens sem qualquer abrigo;
- A envolvente do Polo Universitário da Asprela, frequentada diariamente por milhares de estudantes, trabalhadores e utentes de serviços de saúde;
- A Rua do Amial e artérias próximas, onde a ausência de coberturas é uma constante, apesar do elevado número de passageiros.

Esta situação penaliza todos os utentes, mas atinge de forma especialmente injusta idosos, pessoas com mobilidade reduzida, estudantes e trabalhadores que dependem do transporte público como única alternativa.

A valorização do transporte público exige investimento sério nas suas infraestruturas. Ignorar as condições das paragens é desvalorizar quem dele depende.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida a 30 de Abril de 2026, delibera:

1. Exigir à Câmara Municipal do Porto e à STCP a instalação urgente de coberturas nas paragens atualmente desprovidas na freguesia;
2. Instar a Junta de Freguesia de Paranhos a intervir de forma ativa junto das entidades competentes, pressionando para a resolução célere desta situação;
3. Promover um levantamento público e transparente das necessidades existentes, envolvendo a população na identificação das situações mais críticas;

4. Reafirmar que políticas de incentivo ao transporte público — incluindo a sua gratuitidade — só serão eficazes se acompanhadas por condições dignas de utilização.

Porto, 30 de Abril de 2025

Margarida Chalupa

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia de Paranhos



Paranhos

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Assunto: Organização de Iniciativa Pública da Assembleia de Freguesia de Paranhos nas Comemorações do 25 de Abril de 2027

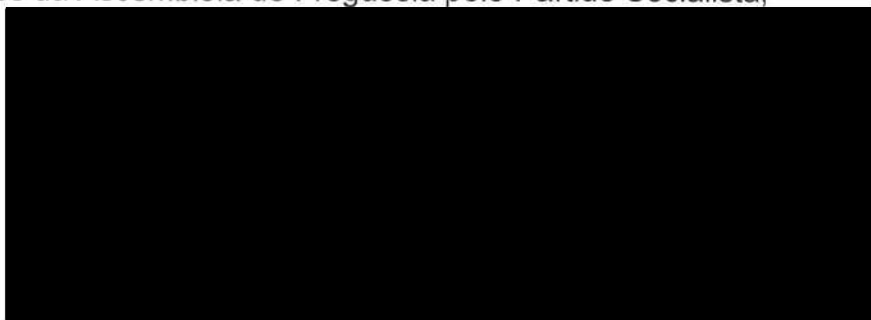
Considerando que:

1. A Assembleia de Freguesia é o órgão deliberativo da autarquia, constituindo a expressão máxima da pluralidade democrática e da representatividade dos cidadãos de Paranhos;
2. O 25 de Abril de 1974 instituiu o Poder Local Democrático, sendo por isso a data mais relevante para todos os eleitos das freguesias portuguesas;
3. É prática parlamentar e democrática que os órgãos deliberativos (Assembleia da República, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia) promovam as suas próprias iniciativas de saudação à data, ou sejam coprotagonistas nas mesmas;
4. No presente ano, a ação pública realizada pelo Executivo (Junta de Freguesia) não incluiu o convite formal ou a participação institucional dos membros da Assembleia de Freguesia, o que prejudica o princípio do respeito institucional entre órgãos;

A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida na sessão de 30 de Abril de 2026, recomenda à Mesa da Assembleia de Freguesia que:

1. Planeie e organize, para o ano de 2027, uma ação pública e solene de celebração do 25 de Abril sob a égide direta deste órgão deliberativo;
2. Garanta que essa celebração contemple a participação de todos os eleitos de todas as forças políticas com assento na Assembleia, permitindo o uso da palavra aos diferentes Grupos de Eleitos;
3. Articule com o Executivo da Junta para que, em 2027, as comemorações da Freguesia sejam verdadeiramente institucionais, unindo os dois órgãos da autarquia (Assembleia e Junta) num espírito de inclusividade e respeito democrático.

Os Eleitos da Assembleia de Freguesia pelo Partido Socialista,





Paranhos

MOÇÃO

SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR

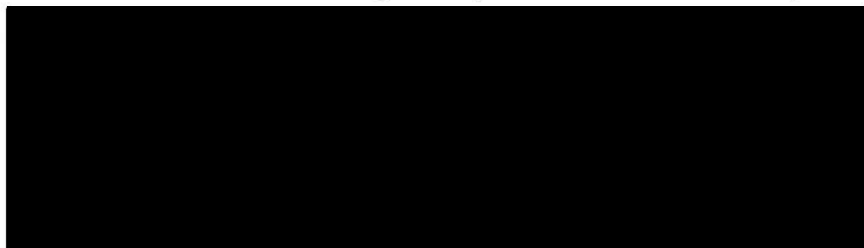
Considerando que:

1. O 1.º de Maio é um marco histórico da luta dos trabalhadores pela dignidade, pela redução do horário de trabalho e por direitos fundamentais que hoje damos como adquiridos;
2. O trabalho é a base da criação de riqueza e do desenvolvimento da nossa freguesia de Paranhos;
3. Persistem desafios atuais no mundo do trabalho, como a precariedade, a necessidade de conciliação entre a vida profissional e familiar e a valorização dos salários perante o custo de vida;

A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida na sua sessão de 30 de Abril de 2026 delibera:

1. Saudar todas as trabalhadoras e trabalhadores de Paranhos, reconhecendo o seu contributo essencial para a comunidade;
2. Afirmar o compromisso deste órgão com a defesa dos direitos laborais e com a promoção de políticas que combatam a precariedade;
3. Prestar homenagem a todos aqueles que, ao longo de décadas, lutaram pela democracia e pela justiça social que o Dia do Trabalhador simboliza.

Os Eleitos da Assembleia de Freguesia pelo Partido Socialista,





Paranhos

Recomendação

Participação Plural e Institucional no Passeio Anual dos Seniores – 10 de Junho

Considerando que:

1. O Passeio Anual dos Seniores de Paranhos — outrora designado como Passeio de 25 de Abril e atualmente realizado em torno do 10 de Junho — é um dos momentos de maior relevo e grandeza da nossa freguesia, promovendo o envelhecimento ativo e o combate ao isolamento social;
2. Este evento é, acima de tudo, um momento de convívio e de relação comunitária, que deve transcender cores partidárias, centrando-se exclusivamente no bem-estar e na valorização dos nossos seniores;
3. A presença de eleitos locais nestas iniciativas reforça a proximidade entre as instituições e os cidadãos, dignificando o papel da Assembleia de Freguesia perante a comunidade;

A Assembleia de Freguesia de Paranhos, reunida em sessão de 30 de Abril de 2026, recomenda à Junta de Freguesia que:

- Convide formalmente todos os membros da Assembleia de Freguesia a participar no Passeio Anual dos Seniores, independentemente da sua força política;
- Promova este evento como um momento de união institucional e de convívio não político, reforçando o espírito de comunidade que caracteriza a nossa freguesia.

Os Eleitos da Assembleia de Freguesia pelo Partido Socialista,

